

506\_Rafael Vaz (jornal), Alvaro Mendes (jornal), 508\_Vinicius Lello, 509\_Zeke Laet, 510\_Vinicius Lello, 511\_Fabio Giambiagi (jornal), 512\_Fabio Giambiagi (jornal), 513\_Fabio Giambiagi (jornal), 514\_Carlos Góes (jornal), 515\_Alexandre Góes (jornal), 516\_Vinicius Lello

## FABIO GIAMBIAGI



R\$ 550 bilhões!

O Brasil é pródigo em gastos mal avaliados. Há uma responsabilidade coletiva nisso. A principal é do governo, mas a sociedade, em geral, e a imprensa, em particular, são também responsáveis por isso. Programas de TV e de rádio propagam a generalização da indignação com despesas tão injustificáveis quanto macroeconomicamente insignificantes, cujo único efeito é aumentar o desprezo popular pela política (na Argentina, Javier Milei foi o resultado disso), enquanto, a céu aberto, desenvolve-se um enredo ignorado por todos. Caro leitor, há um elefante na sala — e ninguém quer ver.

A despesa do INSS em 2024 será o dobro da grandeza de R\$ 920 bilhões e a do Loas

(benefícios assistenciais), de aproximadamente R\$ 105 bilhões. Entorno de 43% das despesas do INSS (algo como R\$ 395 bilhões) são com benefícios de um salário mínimo (SM), parâmetro este que afeta a totalidade do gasto com Loas. Em outras palavras, R\$ 500 bilhões de gastos são estritamente indexados ao SM (e nem estou considerando outras despesas, como seguro-desemprego e abono).

A lei do SM aprovada em 2023 determina a indexação real do SM ao crescimento do PIB. Consideremos, por hipótese, um crescimento médio deste de 2% ao ano, algo razoável à luz das tendências demográficas e dos obstáculos ao aumento da produtividade. O efeito disso é aumentar a despesa previdenciária e assistencial em 2% de R\$ 500 bilhões, ou seja, R\$ 10 bilhões. Ora, o que são R\$ 10 bilhões num orçamento da dimensão de mais de R\$ 2 trilhões, dirá alguém que se considera um defensor do desenvolvimento com base no social? O problema é o tempo. E suas consequências.

Pego ao leitor que acompanhe o raciocínio deste modesto escriba que, há mais de 35 anos, vem se batendo de forma estéril pelo controle do gasto público dos governos estaduais. No ano 1, de fato, o efeito é de "apenas" R\$ 10 bilhões. No ano 2, porém, o efeito

será cumulativo: aos R\$ 10 bilhões do ano 1, terá que ser adicionado o incremento do fluxo de mais R\$ 10 bilhões resultante de mais um ano de aumento real do SM, ou seja, teremos mais R\$ 20 bilhões de despesa. Como a soma do efeito total corresponde à equação Efeito total até t = Efeito total até (t-1) + Fluxo de t, no ano 2 já teremos um efeito combinado de R\$ 30 bilhões.

No ano 3, o plus do fluxo será de R\$ 30 bilhões, e o efeito acumulado — o que nós economistas denominamos a "integral" — será de R\$ 60 bilhões. No final de dez anos, projetando nesse mesmo raciocínio, teremos um fluxo no ano 10 de mais R\$ 100 bilhões de gasto e um efeito total acumulado de R\$ 550 bilhões.

E isso sem contar chatices aritméticas como os juros compostos, que complicam as contas e oneram muito os números. Tudo isso diante de um público de mais de 200 milhões de espectadores — muitos deles, beneficiários —, de um mercado embebecido pela perspectiva de

queda de juros do Fed (Federal Reserve, o banco central dos EUA) — o que torna a Selic mais atraente —, de um Congresso que aprovou a lei alegremente e de um ministro da Fazenda que diz estar preocupado em atingir o déficit zero mas valida, na prática, a velha cantilena de que "gasto é vida".

O país demorou mais de 25 anos, desde as discussões iniciais do "Emenda" de Collor em 1992, para fazer uma reforma previdenciária abrangente, que veio com mais de duas décadas de atraso em 2019 e cujo efeito inicial previsto foi "podado" em torno de um terço nas negociações naturais que ocorreram na transição legislativa da proposta. No final, o seu efeito em dez anos foi da ordem de R\$ 800 bilhões. É verdade que isso foi a preços daquele ano, mas a preços de 2024 o impacto da reforma em dez anos foi de algo mais de R\$ 1,1 trilhão.

Em outras palavras, em plena luz do dia sem ninguém ter dado um pio, o Brasil desperdiçou, em uma década, metade do que custou duas décadas e meia aprovar. E sem uma única conta da Secretaria de Avaliação de Políticas Públicas que mostrasse os benefícios da política em comparação com a extrema. Que não haja dúvidas: a fatura um dia chegará.

# Brasil gasta 1,6% do PIB com tribunais, maior despesa entre 53 países

Estudo do Tesouro Nacional alcança Judiciário e instituições como o Ministério Público. Estados têm o maior gasto

RENAN MONTEIRO  
renan.monteiro@globo.com.br

O gasto público com tribunais do Poder Judiciário, incluindo salários de magistrados e servidores, consome o equivalente a 1,6% do Produto Interno Bruto (PIB), a maior parcela entre 53 países analisados pelo Tesouro Nacional, de acordo com estudo técnico do órgão.

O levantamento com 53 países considera dados de 2021. A média das diferentes economias analisadas é de 0,4% do PIB de custo com o Judiciário.

Em 2022, o setor público gastou R\$ 159,7 bilhões com tribunais estaduais e regionais, Ministério Público, Supremo Tribunal

Federal (STF) e outros, de acordo com o Tesouro. Em 2022, a despesa do Brasil com esse setor também ficou em 1,6% do PIB.

Já a média de gastos nos países avançados é de 0,3% do PIB, ficando em 0,5% nos emergentes. Além do Brasil, 96 Costa Rica e El Salvador têm despesas acima de 1% do PIB nesta área.

Em 2022, o total de R\$ 159,7 bilhões gastos com o setor no Brasil, cerca de 83% foram para a remuneração dos funcionários (com salários e contribuições sociais).

**POLÍCIAS GASTARAM MENOS**

As despesas com os gastos dos tribunais de Justiça (o levantamento considera também os Ministérios Pú-

blicos estaduais e Federal) foram R\$ 63,7 bilhões do governo federal; R\$ 92,1 bilhões dos governos estaduais; e R\$ 3,86 bilhões dos municípios.

Em outra comparação, a despesa com tribunais representou em 2022 mais de 50% do total do montante destinado à segurança pública, de R\$ 310,8 bilhões.

Os serviços da Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, entre outros, somaram R\$ 114 bilhões em despesas naquele ano. Outros grupos incluem serviços de proteção contra incêndios e o gasto com estabelecimentos prisionais. De 2010 a 2022, o total gasto na área de segurança varia dou-

## DESPESAS COM TRIBUNAIS DE JUSTIÇA (% do PIB)



2,9% a 3,5% do PIB.

O governo geral brasileiro também supera consideravelmente a média internacional na função Ordem pública e segurança, devido principalmente à despesa com tribunais de Justiça, afirma o relatório do Tesouro Nacional.

## REFORMA ADMINISTRATIVA

Os dados são divulgados no momento em que o governo discute uma Reforma Administrativa concentrada na melhoria do serviço público e não necessariamente no corte de gastos.

O Congresso, por outro lado, trabalha pela votação da proposta de emenda à Constituição (PEC) 32/2020, que prevê uma ampla reforma no funcionamento. A PEC foi apresentada na gestão de Jair Bolsonaro. O governo Lula critica o projeto porque há uma premissa "punitiva" aos servidores e previsão de perda de estabilidade das carreiras, segundo integrantes do Ministério da Gestão e Inovação (MGI), comandado por Esther Dweck. O governo defende a apro-

vação de um projeto de lei para evitar ganhos salariais acima do teto constitucional, que é o salário de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Na segunda-feira, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou, em entrevista ao programa "Roda Viva", da TV Cultura, que a agenda de corte de gastos defendida como complementar às medidas arrecadatórias tem que começar pelo "andar de cima" e envolver os três Poderes (Executivo, Judiciário e Legislativo).

# Estudo da Fazenda: isenção para importados deve ser mantida

Programa Remessa Conforme prevê alíquota zero para compras de até US\$ 50

WILLIAM SOUZA

Um relatório interno do governo, elaborado pelo grupo de técnicos do Ministério da Fazenda que acompanha o programa Remessa Conforme, recomendou a manutenção da alíquota zero nas importações de até US\$ 50. A justificativa apresentada no documento é a necessidade de

uma melhor avaliação dos "efeitos da estratégia adotada".

Em agosto de 2023, entrou em vigor o programa da Fazenda, que funciona por adesão. Com ele, o Imposto de Importação para compras de até US\$ 50 foi zero — antes, era de 60%. O governo, porém, logo reconheceu que a renúncia tributária seria provida e

vem avaliando se volta a cobrar esse imposto federal.

Segundo o relatório do Fisco, no bimestre entre outubro e novembro, de 30,2 milhões de encomendas, 23,6 milhões foram registradas dentro do programa.

O governo já prevê no Orçamento deste ano receita com base no aumento da alíquota, mas nenhuma medida efetiva foi tomada. A indústria e varejo nacionais foram ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a isenção.

As empresas internacio-



Mais tempo. Levantamento do governo recomenda avaliar efeitos das medidas

nais de comércio eletrônico que atuam no Brasil já aderiram ao programa. Na lista estão: Amazon, Shein, AliExpress, Mercado Livre e Shopee. As nacionais também aderiram, como o Magazine Luiza, que vende importados.

O Fisco vinha identificando que empresas estrangeiras estavam enviando compras faturadas ao Brasil em nome de pessoas físicas para evitar tributação, já que elas podem enviar remessas de até US\$ 50 para outras pessoas físicas, sem pagar o Imposto

de Importação de 60%.

A Fazenda criou o Remessa Conforme e zerou o imposto federal para as empresas dentro do programa. Em contrapartida, é necessário pagar outros tributos, como o ICMS de 17% antes da chegada da mercadoria ao Brasil.

Procurado, o Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV), afirma discordar desse posicionamento dos técnicos, "pois sempre defendeu a isonomia tributária entre as plataformas de comércio eletrônico nacionais e estrangeiras". Restabelecer a alíquota do Imposto de Importação, somada ao programa Remessa Conforme, sem dúvida, são ações nessa direção, afirmou Jorge Gonçalves Filho, presidente do IDV. (Renan Monteiro e Letícia Lopes)

Indicadores Financeiros. Excepcionalmente, a seção não é publicada hoje